

RECURSO ESPECIAL Nº 1.470.764 - PR (2014/0183027-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FAMOSSUL MOVEIS S/A
ADVOGADO : KARLA ZANCHETTIN SWENSSON - PR035726
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Fazenda Nacional e Famossul Móveis S/A** com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 343):

TRIBUTÁRIO. LITISPENDÊNCIA. CRÉDITO DE PIS E COFINS. PEDIDO DE RESSARCIMENTO. ÓBICE IMPOSTO PELO FISCO. ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO.

- 1. Havendo identidade de ações, confirma-se a sentença que reconheceu a litispendência em relação a parcela da demanda.*
- 2. A jurisprudência do STF e do STJ é assente no sentido de que o aproveitamento dos créditos de IPI na sistemática ordinária da não-cumulatividade não admite correção monetária ou incidência de juros. No entanto, em outras hipóteses, como no pedido de ressarcimento, o aproveitamento dos créditos acumulados depende da intervenção da Fazenda.*
- 3. A jurisprudência tem entendido que deve haver um prazo razoável para a resposta do Fisco.*
- 4. No julgamento do Recurso Especial 1.138.206/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, o STJ consolidou seu entendimento no sentido de que, tanto para os requerimentos efetuados anteriormente à vigência da Lei n. 11.457/07, quanto aos pedidos protocolados após o advento do referido diploma legislativo, o prazo aplicável é de 360 dias a partir do protocolo dos pedidos, nos termos do art. 24 da Lei n. 11.457/07, por ostentar esta norma natureza processual fiscal, aplicável imediatamente aos processos pendentes.*
- 5. No caso em que o sujeito passivo atuou no sentido de obter o ressarcimento de seus créditos, logrando êxito apenas tardiamente em virtude de óbice imposto pela administração, deve ser reputado o Fisco em mora, legitimando-se a imposição de correção dos valores requeridos, como meio de repartir o ônus do tempo no processo administrativo. Incide a SELIC, como meio de reparar a demora imputada ao Estado.*

Opostos embargos declaratórios pela Fazenda Nacional, esses foram

rejeitados (fls. 365/367).

Famossul Móveis S/A, no seu recurso de especial de fls. 375/382, aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 167 do CTN; 20, § 3º, "a", "b" e "c", 267, V, e 301, §§ 1º a 3º do CPC; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; e 24 da Lei 11.457/2007. Sustenta, em resumo, que: (I) a correção monetária deveria incidir a partir do protocolo do pedido de ressarcimento do crédito de PIS/COFINS e não após 360 dias; (II) não estaria demonstrada a litispendência em relação ao pedido de ressarcimento pleiteado no mandado de segurança 2009.70.00.005202-9, ante a ausência de identidade de causa de pedir; (III) a porcentagem da condenação dos honorários advocatícios proporcionais fixados pelas instâncias ordinárias seria elevado, devendo ser reduzido de 66% para 23% do valor da condenação.

Fazenda Nacional, nas razões recursais de fls. 418/426, indica ofensa aos arts. 535 do CPC/73; 49, 111 e 165 do CTN; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; 13 e 15, VI, da Lei 10.833/2003. Alega, em suma, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca da aplicação dos arts. 2º, 5º, II, 37, 153, § 3º, II, 195, § 12 da Constituição Federal; 49, 111 e 165 do CTN; 39, § 4º, da Lei 9.250/95; e 13 e 15, VI, da Lei 10.833/2003; (II) não incidiria correção monetária sobre os créditos escriturais de PIS/COFINS, por falta de expressa previsão legal.

Contrarrazões às fls. 455/457 e 459/466

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A questão trazida a debate no recurso especial de **Famossul Móveis S/A** diz respeito ao termo inicial da incidência de correção monetária no ressarcimento de créditos tributários escriturais: data do protocolo do pedido administrativo do contribuinte

ou do dia seguinte ao do esgotamento do prazo de 360 dias, previsto no art. 24 da Lei 11.457/2007.

Ocorre que essa matéria foi afetada pela Primeira Seção do STJ ao rito dos recursos especiais repetitivos (**REsp 1.767.945/PR; REsp 1.768.060/RS; REsp 1.768.415/SC - Tema 1003** - julgamento em 12/02/2020, acórdão pendente de publicação), cuja tese firmada foi de que o termo inicial da correção monetária de ressarcimento de crédito escritural excedente de tributo sujeito ao regime não-cumulativo ocorre somente após escoado o prazo de 360 dias para a análise do pedido administrativo pelo Fisco (art. 24 da Lei n. 11.457/2007).

Vale salientar que, mesmo na vigência do CPC/73, a aplicação da sistemática dos recursos especiais repetitivos deveria anteceder a análise dos pressupostos de admissibilidade do apelo raro, incumbindo ao Presidente do Tribunal de origem assim proceder em relação aos recursos especiais que versassem sobre os temas já julgados sob o rito do art. 543-C do CPC/73: "*Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem: I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça*" (art. 543-C, § 7º, I e II, do CPC/73).

Esse mesmo procedimento restou ratificado pelo novel diploma processual civil (cf art. 1.030, I, *b*, e II, do CPC/2015).

Assim, haverá o juízo de admissibilidade do recurso especial somente nos casos em que, ultrapassada a fase relativa ao juízo de conformidade, o Tribunal *a quo*, **em decisão colegiada**, mantiver a decisão divergente daquela firmada no *leading case* (art. 543-C, § 8º, do CPC/73: "*Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, **far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial***"; cf ainda art. 1.030, V, *c*, do CPC/2015).

Do contrário, o Presidente ou o Vice-Presidente do Tribunal de origem **deve negar seguimento** ao apelo raro em relação à matéria debatida no recurso especial repetitivo, nos exatos termos do art. 543-C, § 7º, I do CPC/73 (cf art. 1.030, I, *b*, do

CPC/2015).

Por fim, cumpre ressaltar que, na sistemática dos recursos repetitivos, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador do microssistema de formação de precedentes.

Em consequência, fica prejudicado o exame do recurso especial da **Fazenda Nacional**.

ANTE O EXPOSTO, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que seja observado o rito previsto no 1.030, I, *b*, do CPC/2015, nos termos da fundamentação.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator